

# Sarney: a distensão não pode criar caos econômico

ESTADO DE SÃO PAULO

Da Sucursal de  
BRASÍLIA

O senador José Sarney (Arena-MA) afirmou ontem que "o Brasil vai criar instituições políticas duradouras" e que "o ponto básico da ação do presidente Geisel no setor político tem sido o de evitar retrocessos". Mas ressaltou que "inicialmente a distensão ou o desenvolvimento político tem sempre a limitação de não provocar o caos econômico, pois o processo político não pode jamais deteriorar a economia do País".

Sobre as possíveis repercussões políticas negativas das atuais dificuldades econômicas, Sarney acredita que "de nenhuma maneira a economia brasileira está em crise que justifique crise política. E o processo político está sendo conduzido com cautela, justamente para evitar retrocessos. Jamais chegaremos a crises paroxísticas. O Brasil já cresceu bastante para brincar de suicídio. Hoje somos o décimo PIB do mundo, temos um peso específico de poder no cenário internacional, uma liderança incontestável na América Latina. Por este fato mesmo só podemos seguir uma política responsável".

O senador arenista descartou a possibilidade de que nos encaminhemos a curto prazo para uma democracia ao estilo americano:

"Somos um país que está começando. Nossas instituições, por isso, são frágeis. As dos Estados Unidos têm 200 anos".

O deputado Aldo Fagundes, membro da direção nacional do MDB, repeliu ontem veementemente a sugestão atribuída a Sarney, insinuando que o MDB abrisse mão de disputar o governo gaúcho em nome da fidelidade à tese das eleições diretas. "Isso é um insulto aos brios e aos sentimentos de brasilidade dos gaúchos", disse ele. Para Fagundes, "é altamente suspeito o comportamento de líderes da Arena que pregam reformas no ordenamento jurídico do País, já que, nesta altura, qualquer alteração terá a marca caustica e amoral de embaçar a vida da agremiação oposicionista".

Segundo Aldo Fagundes, o MDB tem crédito perante a opinião pública pela ausência de agitação subversiva no País. "Nós somos a alternativa legal para a ação política e a expressão dos sentimentos oposicionistas dos brasileiros." Declarando-se perplexo diante da "esdrúxula fórmula" sugerida por Sarney, o representante emedebista observou que a atuação de seu partido "é desenvolvida aos olhos da Nação inteira". E acrescentou: "Nada mais injurioso do que a formulação de 'saídas legais' fundadas no risco que o MDB gaúcho pode oferecer".

Outro deputado emedebista, Humberto Lucena, ex-líder da oposição na Câmara, manifestou-se ontem contrariamente a qualquer tipo de reforma política visando a prorrogação de mandatos e a implantação das eleições indiretas para a chefia dos Executivos estaduais em 1978, e acrescentou que, "se o governo modificar novamente a sistemática de eleição de governadores, retirando do povo seu direito de voto, estará abrindo o caminho para o partido único, tão combatido nos pronunciamentos presidenciais".

Acentuando que não há partido que possa sobreviver sem perspectiva de poder, Lucena disse que o temor de que o MDB eleja a maioria dos governadores e deputados em 1978 "é irrelevante e ridículo, pois, além de vivermos num regime de alternância de poder, todos sabem que o nosso partido é legal e está registrado na Justiça Eleitoral de acordo com a chamada ordem jurídica revolucionária".

Segundo o deputado, "a esta altura do processo de desenvolvimento econômico nacional, o MDB tem muito mais a oferecer ao País e ao seu povo do que a Arena, devendo mesmo existir muito mais afinidade entre o nosso pensamento modernizador e reformista e o de certos setores dos centros de decisão da política brasileira".

5 JAN 1977